

CODEVASF

Folha nº

0775

9530.000727/13, 74

Ministério da Integração Nacional – MI

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF

ATA N.º 065

ATA DA REUNIÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA FINANCEIRA PARA O EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 058/2013, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS RELATIVOS À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE TERRA DA ALDEIA DO POÇO DA PEDRA, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO, EM ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, LOCALIZADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Às 15h (quinze horas) do dia 19 (dezenove) de dezembro de 2013 (dois mil e treze) horário de Brasília, no Auditório da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizado à Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina-PE, sob a Coordenação do **Sr. Pedro Bezerra de Oliveira**, Chefe da Secretaria de Licitações, como Presidente da Mesa, reuniu-se a Comissão Técnica de Julgamento, composta por **JOSÉ NOVAES DINIZ CARVALHO**, **MARIA HELENA AURÉLIO DE LIMA** e **ANA CAROLINA SPÍNOLA BOTELHO DE PAULA** rade, respectivamente presidente e membros, para a sessão de recebimento e abertura da documentação. O Edital na modalidade de CONCORRÊNCIA N.º 058/2013, foi divulgado nos sites: www.codevasf.gov.br e www.comprasnet.gov.br nos quadros de avisos da CODEVASF, publicado no Diário Oficial da União e em Jornal de Grande Circulação Regional, consoante à Lei 8.666/93, como esclareceu o Presidente da Mesa. Compareceram à licitação as empresas: **CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, **CONSTRUTORA ELO LTDA.- EPP**, e **CTA – EMPREENDIMENTOS LTDA.**, com seus devidos e legais representantes. O Sr. Presidente fez a abertura do Invólucro nº 01 (um) documentação de habilitação, e repassou as peças aos membros da comissão para vistos dela e das licitantes. Analisada a documentação, confrontando-a com o edital de licitação, a comissão julgadora não encontrou razões para desclassificação, entretanto, mediante a questionamento levantado pela empresa **CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** alegando que as Especificações Técnicas pede que seja apresentada a relação de equipamentos no ato da licitação, de acordo com o **item 2, letra i**, e pediu a inabilitação do seus opositos, tendo em vista ter ela apresentado e eles não. Em contrapartida foi alegado por **CONSTRUTORA ELO LTDA.**

Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF

EPP que tal relação não constava do edital e nem dos termos de referência e que a questionadora não apresentou comprovação do perfeito estado de conservação da dita relação, na mesma forma pedido na referida **letra i**, dita acima. A empresa CTA EMPREENDIMENTOS LTDA. alegou nos mesmos termos da CONSTRUTORA ELO LTDA. Reforçou a CONSTRUTORA ELO LTDA. – EPP que o pedido da relação não determinou em qual sessão devesse ser apresentada, apenas determinou o ato da licitação, e que, além do mais todos os equipamentos e máquinas da relação são constantes da composição dos custos detalhados para cada serviço. A comissão julgadora concluiu pela necessidade de diligência à Assessoria Jurídica da Codevasf 3ª SR, por não constar na lista de documentos de habilitação do presente edital, esclarecendo de antemão aos disputantes que serão desprezados excessos de formalismos, como requer a legislação na habilitação do julgamento, e que a decisão a ser tomada será em favor da ampliação da disputa, depois dos devidos esclarecimentos. A decisão será a elas comunicada.

Petrolina-PE, 19 de dezembro de 2013.

CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

CONSTRUTORA ELO LTDA.- EPP.

CTA – EMPREENDIMENTOS LTDA.


JOSÉ NOVAES DINIZ CARVALHO
Presidente da Comissão


MARIA HELENA AURÉLIO DE LIMA
Membro


ANA CAROLINA SPÍNOLA BOTELHO DE PAULA
Membro


PEDRO BEZERRA DE OLIVEIRA
Presidente da Mesa

Com. Det. nº. 236/2013-Em 20/12/2010

À 3ª AJ

3ª GRD

Tendo em vista que a licitante CM Construções e Serviços Ltda solicita a inabilitação das licitantes Construtora Elo Ltda e CTA Empreendimentos Ltda alegando que as mesmas não cumpriram na sua totalidade o solicitado no Edital 058/2013, pois nas Especificações Técnicas no seu Item 2, alínea I do anexo III, é solicitado quando da licitação a apresentação da "relação de equipamentos mínimo necessários" e as supracitadas licitantes (ELO e CTA) não o fez.

Diante do exposto solicitamos análise e parecer jurídico quanto ao acatamento da solicitada inabilitação.

JOSE NOVAES DINIZ CARVALHO
Presidente

ANA CAROLINA S. B. DE PAULA
Membro

MARIA HELENA A. DE LIMA
Membro

Recebido pela 3ª/AJ
Em 20/12/13 às 15:00
Rubrica

A Dra. Maria Helena,
Para análise e
providências decorrentes.
Em 23/12/13.

Patrícia Silva Moura Vale
Chefe Substituta da 3ª/AJ
Decisão nº 925/13



GESTÃO ISO 9001

MEIO AMBIENTE ISO 14001

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL OHSAS 18001

Petrolina-PE, 23 de Dezembro de 2013

À
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - 3ª SR

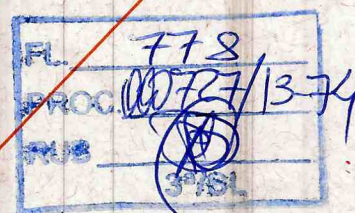
Secretaria Regional de Licitações - 3ª SL

Sede da 3ª. SR, localizado à rua presidente Dutra. Comissão do Vale do São Francisco, nº160 - Centro - Petrolina-PE

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº. 058/2013

Prezado Srº Pedro Bezerra de Oliveira,

A Licitante CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF nº 35.398.247/0001-92, por seu representante legal abaixo assinado, vem requerer, copia da Habilitação das empresas participante, (CONSTRUTORA ELO LTDA.-EPP e CTA - EMPREENDIMENTOS LTDA.) do edital 058/2013.



CM Construções e Serviços Ltda.
Carlos Augusto Cavalcanti Fernandes
1.897.906 SSP-PE
Representante Legal

Carlos Henrique
(87) 9998-6864

*Recebido às 10h37
de 23/12/2013.*

*Pedro Bezerra de Oliveira
Ch. Secretária Regional de
Licitações 3ª. SR*

Junte-se aos autos.

PARECER 3ª/AJ
PROCESSO Nº: 59530.000727/2013-74
ASSUNTO: HABILITAÇÃO DE EMPRESAS
INTERESSADO: COMISSÃO DE LICITAÇÃO – CN 58/2013

Sra. Chefe Substituta da 3ª/AJ,

Cuida-se o presente expediente de análise jurídica acerca da impugnação de empresas participantes da Concorrência nº 58/2013, solicitada pela empresa CM Construções.

A empresa CM Construções afirma que as demais participantes devem ser inabilitadas por não terem apresentado a relação de equipamentos mínimos necessários, quando da habilitação, segundo item 2, inciso I, do Anexo III das Especificações técnicas.

II- Fundamentação Jurídica

Primeiramente, registre-se que esta Assessoria Jurídica não possui conhecimento técnico nem atribuição administrativa para analisar os documentos técnicos, motivo pelo qual o embasamento fático do presente parecer se dará através das regras jurídicas a respeito do tema.

Verifique-se, inicialmente, que:

1. - Somente a CM Construções e Serviços apresentou tal relação de equipamentos mínimos necessários. As outras duas participantes, quais sejam, Construtora Elo Ltda EPP e a CTA Empreendimentos não apresentaram;
2. - Os demais documentos apresentados pelas três participantes não foram impugnados, mas tão somente a dita relação de itens;
3. - No Edital, não consta, na listagem de documentos da habilitação das licitantes, tal relação de itens.
4. - Supõe-se que os demais documentos de habilitação foram apresentados pelas participantes do certame.



O Edital, também chamado de instrumento convocatório, contém as regras que norteiam a licitação. Os arts. 3º, 41 e 55, da Lei n. 8.666/93 tratam do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ou seja, as regras editalícias devem ser observadas tanto pela Administração quanto pelos licitantes. É sabido que as Especificações Técnicas e Termos de Referência fazem parte do Edital de Licitação.

Já a habilitação é a fase da licitação em que a Administração verifica a aptidão dos licitantes para a celebração do futuro contrato.

O art. 37, inciso XXV, da Constituição Federal admite as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nas especificações técnicas, no item impugnado pela CM Construções, consta que "no ato da licitação", a empresa deverá declarar que disponibiliza de vários equipamentos. No entanto, na listagem de documentos da habilitação técnica não consta tal mandamento, o que se faz entender que este regramento das especificações técnicas, não necessariamente precisa ser no momento da habilitação, uma vez que somente consta somente "no ato da licitação".

A licitação possui várias fases e a habilitação é tão somente uma delas. Portanto, a falta desta relação de itens, no momento da habilitação, não justifica inabilitação de duas empresas, uma vez que tal relação poderá ser apresentada durante a licitação.

III- Conclusão

Ante o exposto, nesses termos, abstendo-se dos aspectos relativos à conveniência e à oportunidade, tendo analisado as possibilidades que cerceiam a matéria, em estudo, sob o aspecto da legalidade, é de se concluir pela possibilidade jurídica da participação das três empresas que apresentaram seus documentos, não havendo inabilitação de nenhuma delas tão somente pela falta de apresentação da relação de equipamentos, a qual poderá ser solicitada durante o certame.

É o parecer, que é submetido à apreciação superior.

Petrolina, 26 de dezembro de 2013.


Maria Stela Lira Barboza de Brito
Assessora Jurídica
CODEVASF/3ª SR

RELATÓRIO TÉCNICO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO – FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA NACIONAL N.º 058/2013**PROCESSO N.º: 59530.000727/2013-74****COMISSÃO: DETERMINAÇÃO N.º 236 de 14 de novembro de 2013.****INTEGRANTES DA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO:****Presidente:** JOSÉ NOVAES DINIZ CARVALHO;**Membro:** ANA CAROLINA SPÍNOLA BOTELHO DE PAULA;**Membro:** MARIA HELENA AURÉLIO DE LIMA;**1. INTRODUÇÃO:**

Tem este documento de julgamento a função de decidir a habilitação para a primeira fase da licitação Edital N.º 058/2013 – 3ª SR, invólucro n.º 01.

A sessão pública realizou-se em 19/12/2013, às 15h00 de Brasília, no auditório da Codevasf/3ª SR, localizada à rua Presidente Dutra, n.º 160, Centro, Petrolina-PE.

As dúvidas levantadas ao edital foram devidamente esclarecidas, não se registrando contraditórios, e os efeitos da publicação nos canais componentes e prazos ordinários, mediante legislação, foram perfeitos, não havendo obstáculos para com a lisura do curso processual.

O ato de julgar tem que ser claro e objetivo, assim determina a regente, Lei Federal 8.666/93. Igualmente será o relatório.

2. HISTÓRICO:

Depois de recebidos e abertos os envelopes da documentação à concorrência, foi lavrada, como legalmente previsto e juntada aos autos a Ata de N.º 065, que confirma a presença dos representantes legais de 03 (tres) empresas, listadas abaixo:

CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ;
CONSTRUTORA ELO LTDA-EPP;
CTA-EMPREENDIMENTOS LTDA;

As peças processuais foram visadas pela mesa julgadora, e posta à apreciação das licitantes, para assinaturas, tendo sido feitos apontamentos quanto à natureza dos documentos ali conhecidos, no teor da ata. A **CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** alegou que as Especificações Técnicas pede que seja apresentado a relação de equipamentos no ato da licitação, de acordo com o item 2, letra i, e pediu a inabilitação de suas concorrentes. Que ouvido a 3ª AJ parecer fls 779 a 780 do supracitado processo a mesma **conclui pela possibilidade jurídica da participação das três empresas que apresentaram documentação.**

Os documentos retidos para o julgamento, ficando todos os participantes cientes da sua posterior divulgação.

3. ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS:

A análise e o julgamento foram feitos sob os ditames da Lei 8.666/93, com estrita vinculação da administração ao edital como publicado.

Os critérios analíticos do julgamento são transparentes e igualitários, desprezando-se excesso de formalidade, com vistas a substanciar a ampliação da competitividade e por fim realizar o mais justo julgamento até a seleção da melhor e mais vantajosa proposta, como preconizam a lei de licitações e o edital.

O conteúdo da documentação foi confrontado com as diretrizes do ato convocatório, para ratificação e formatação de juízo e todas as licitantes foram habilitadas.

4. CONCLUSÃO FINAL:

A Comissão Técnica de Julgamento, mediante análise e julgamento da documentação, decide pela habilitação das empresas enunciadas abaixo, por terem atendido às disposições do edital e em concordância com a Lei 8.666/93, quanto às qualificações: jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira:

RELAÇÃO DAS EMPRESAS HABILITADAS :

**CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ;
CONSTRUTORA ELO LTDA-EPP;
CTA-EMPREENDIMENTOS LTDA;**

] Petrolina-PE, 26 de dezembro de 2013.


JOSÉ NOVAES DINIZ CARVALHO– Presidente.

ANA CAROLINA SPÍNOLA BOTELHO DE PAULA- Membro.


MARIA HELENA AURÉLIO DE LIMA– Membro.